
PROCESSO Nº 439/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

AVISO

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO, por meio da Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Compras e Licitações, situada na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Bairro Centro, CEP 95.250-000, Centro Administrativo Municipal, em Antônio Prado, RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente edital tem a finalidade de selecionar propostas para REGISTRAR PREÇOS, para futura e eventual **aquisição de gêneros alimentícios para atender às demandas da Administração Pública Municipal**, especificado no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta, **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo, **Anexo VIII** – Estudo Técnico Preliminar – ETP e **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico, tudo conforme este edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste processo.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **21 de setembro de 2026, às 09 horas**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 – Propostas de Preços e nº 02 – Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria Municipal da Administração, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min, ou pelo site <https://www.antonioprado.rs.gov.br/> e, quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (54) 3293 5604.

Antônio Prado/RS, 1º de setembro de 2026.

ELIAS ZULIAN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PROCESSO Nº 439/2026

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO, por meio da Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Compras e Licitações, situada na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Bairro Centro, CEP 95.250-000, Centro Administrativo Municipal, em Antônio Prado, RS, realizará licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente edital tem a finalidade de selecionar propostas para REGISTRAR PREÇOS, para futura e eventual **aquisição de gêneros alimentícios para atender às demandas da Administração Pública Municipal**, especificado no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta, **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo, **Anexo VIII** – Estudo Técnico Preliminar – ETP e **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico, tudo conforme este edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste processo.

1.2. A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo deste Edital.

2 – DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **21 de setembro de 2026, às 09 horas**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado, quando os interessados em participar da sessão de lances deverão se fazer presentes.

3 – DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A licitante vencedora será selecionada por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com lances pelo PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- a) que apresentarem o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social;
- b) que atendam a todas as condições deste Edital e seus anexos.

4.1.1. O item 2.4 do **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.2.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Administração, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.2. O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

4.2.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a licitante a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.2.5. O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.2.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.7. A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

5.1. Deverão ser entregues ao Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações, até a data, horário e endereço referidos acima, 2 (dois) envelopes com as seguintes indicações externas:

No primeiro envelope
Ao Município de Antônio Prado/RS
Departamento de Compras e Licitações
Pregão Presencial nº 082/2026
Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
Abertura: (dia, mês, ano e horário)
Licitante: (denominação social completa da empresa e nº do CNPJ)

No segundo envelope
Ao Município de Antônio Prado/RS
Departamento de Compras e Licitações

Pregão Presencial nº 082/2026

Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº do CNPJ)

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, mediante recebimento no Departamento de Compras e Licitações, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes devidamente identificados deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao Pregoeiro, com a seguinte identificação:

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX/XXXX

SESSÃO EM XX/XX/XXXX, ÀS XX HORAS

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS

Rua Francisco Marcantônio, nº 57

CEP 95.250-000 – Antônio Prado – RS

5.2.2. Além dos envelopes de proposta e habilitação, deverá ser encaminhada a documentação referente ao credenciamento da licitante, para que possa ser identificada a licitante que pretende participar do certame, pré-requisito imprescindível ao credenciamento tendo em vista a utilização do sistema de gestão que realiza a modalidade pregão.

5.2.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade sobre o não recebimento dos mesmos.

5.3. Para o Credenciamento

5.3.1. A licitante que se fizer presente na sessão, deverá se credenciar junto ao Pregoeiro mediante **somente um** representante legal, conforme instruções abaixo.

5.3.2. Apresentar o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), para fins de cadastramento da licitante junto ao sistema de gestão da Administração.

5.3.3. O Credenciamento do representante legal da licitante deverá obedecer a seguinte forma:

I – Caso o representante seja **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor** deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação, ou



II – Carta de Credenciamento (conforme modelo do **Anexo III**) assinada pelo representante legal da licitante cuja comprovação se fará por meio da apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação do credenciado; ou

III – Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

- a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).
- b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.
- c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

ou

IV – Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

- a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).
- b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.
- c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

5.4. O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação, autenticados, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

5.5. Cada credenciado poderá representar licitantes distintas, desde que não participem do mesmo lote, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido lote.

5.5.1. O representante, munido de documento de identificação, deverá apresentar um credenciamento para cada licitante que irá participar do certame. Não será aceito um único credenciamento contemplando duas ou mais licitantes.

5.6. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

5.7. Comprovação de condição de ME/EPP/MEI

5.7.1. A licitante que pretender utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar **Declaração** de que se enquadra como Microempresa – ME e/ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (modelo do **Anexo IV**), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade da licitante **ou Declaração** de que se enquadra como Microempreendedor Individual – MEI (modelo do **Anexo V**), assinada por representante legal da licitante.

5.7.1.1. Poderá ser apresentada a **Certidão Simplificada Digital** emitida pela Junta Comercial do Estado de origem da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias, para comprovação do porte da empresa, em substituição à declaração do **Anexo IV**.

5.7.1.2. A possibilidade de participação de Microempreendedor Individual – CCMEI poderá ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre.

6.2. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e poderá ser apresentada no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta, devendo ser preenchida por meio eletrônico ou mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **datada e assinada por representante legal da licitante**. A proposta deverá apresentar também a **razão social da licitante, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu signatário**.

6.2.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do lote, quanto à ordem, quantidade e características do mesmo.

6.2.2. Não será aceita proposta com valores ou quaisquer anotações preenchidas de forma manuscrita.

6.2.3. Juntamente com a proposta escrita, **DEVERÁ** ser entregue mídia digital (CD, DVD ou Pen Drive) dos valores dos itens da proposta, conforme aplicativo de sistema fornecido pela Administração (Cotação.exe).

6.2.3.1. A licitante deverá baixar o sistema para cotação de preços no site da Administração https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais link “Sistema para Proposta Digital”.

6.2.3.2. A licitante após instalação do sistema “Cotação.exe” deverá baixar o arquivo para cotação dos itens deste certame “PROPOSTA DIGITAL.XML”, disponível junto aos arquivos do referido processo, e atender o disposto no Manual de Preenchimento da Proposta Digital, disponível no link: https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, na aba “Manual de Proposta Digital”.

6.2.3.3. Após o preenchimento dos itens do processo, com **valores unitários** e a **MARCA**, o arquivo de cotação deverá ser salvo em mídia digital (CD, DVD ou Pen Drive), e anexado junto ao envelope 01 – Propostas de Preços.

Obs.: Caso haja dúvidas quanto à instalação do sistema “Cotação.exe”, as licitantes deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal da Administração, pelo telefone (54) 3293 5604.

6.3. A licitante, para elaboração da proposta, deverá atender na íntegra o disposto no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta, **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo e **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico.

6.4. A proposta deverá conter **PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL DO LOTE OFERTADO**, ou seja, a soma das multiplicações das quantidades dos itens pelos respectivos preços unitários (conforme as unidades e as quantidades mencionadas no **Anexo I**), **expresso em reais, com até 02 (duas) casas decimais para o valor global, à vista**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

6.5. A licitante deverá informar em sua proposta (**Anexo I**) a **MARCA** dos itens ofertados.

6.5.1. A licitante deverá ofertar apenas uma **MARCA** por item.

6.6. Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado por item/lote.

6.7. As condições de prestação do referido objeto encontram-se no **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo e **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico, deste edital.

6.8 Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, produtos, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.8.1. Entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

6.9. Se o regime tributário da licitante implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da licitante nos últimos 12 (doze) meses.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o fornecimento e/ou a prestação dos serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da licitante.

6.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13. Prazo mínimo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se 90 (noventa) dias.

6.14. Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a adequá-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 15 deste edital.

6.15. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na proposta o seu endereço, e-mail e o número do telefone, conforme modelo do **Anexo I**.

6.16. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

7.1. No dia, hora e local, designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 5.3.

7.1.1. Decairão todos os direitos da licitante que devem ser exercidos pessoalmente, tais como, apresentar lances (inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006), esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a **licitante não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou ausentar-se da mesma a qualquer momento**.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.7. Feito o credenciamento das licitantes presentes, o Pregoeiro receberá os envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Documentação e procederá à abertura de todos os envelopes contendo as propostas, classificando-as por ordem de menor preço.

7.8. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.9. O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preço.

7.9.1. No caso de equivalência dos valores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.10. Será permitido, ao representante presente, efetuar ligação telefônica para a empresa, no momento dos lances, para possibilitar uma melhor negociação de valores.

7.10.1. Não poderá ser utilizado telefone, além do citado no item acima, ou envio de mensagens durante a realização da sessão pública.

7.10.2. Uma vez que o representante da licitante, presente na sessão, é o credenciado da mesma para realizar todas as questões do certame, não pode haver interferência de pessoas não presentes na sessão que possam interferir nas decisões ali tomadas.

7.11. Os lances serão pelo **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.12. Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no encerramento dos lances de cada lote, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, a preferência de contratação para as Microempresas – ME e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, conforme o caso.

7.12.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam superiores, em até, 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.13. Ocorrendo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** a licitante beneficiada pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b)** se a licitante não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, igual direito às demais Microempresas – ME e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, remanescentes, no mesmo prazo citado no subitem anterior, conforme o caso.

7.14. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

7.14.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a)** avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;
- b)** desenvolvimento, pela licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.430/2023;
- c)** desenvolvimento, pela licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.14.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado em que a Administração se localize;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

7.15. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.15.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.15.2. A negociação será conduzida pelo Pregoeiro, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.16. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, depois de abertos os envelopes nº 1 – Proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do item 15 deste edital.

7.17. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.18. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.19. Sendo aceitável a proposta de menor preço do item/lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.20. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

7.21. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

7.22. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

7.23. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será recomendada a presença de todas as licitantes, **sob pena de decadência dos direitos das mesmas quanto a recursos.**

7.24. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as licitantes presentes.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação, deverá a licitante apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, sendo observados os seguintes requisitos:

8.1.1. Os documentos de habilitação, serão examinados pelo pregoeiro, que poderá confirmar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

8.1.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio

eletrônico, serão tidas como originais e poderão ter a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

8.1.3. É recomendado às licitantes que apresentem os documentos encadernados ou fixos em pasta própria e numerados.

8.1.3.1. O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação da licitante.

8.1.3.2. Esta recomendação visa a segurança da licitante participante, uma vez que os documentos são repassados a todas as licitantes presentes, para conferência e rubrica.

8.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

8.1.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme inciso I e II do Art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2. Documentos relativos à **Habilitação Jurídica**:

8.2.1. Ato **Constitutivo**, **Estatuto** ou **Contrato Social** e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **em vigor**.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 8.2.1, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver.

b) Ficará dispensada do documento solicitado nos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3, a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento.

8.2.2. **Registro Comercial e Cédula de Identidade**, no caso de empresa individual.

8.2.3. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), no caso de MEI – Microempreendedor Individual.

a) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência Administrativo.

8.2.4. Declaração conjunta de atendimento às condições deste edital, conforme modelo do **Anexo VI**, assinada por representante legal da licitante, constando, no mínimo:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- c) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) que não possuímos em nosso funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Documentos relativos à Habilitação Fiscal e Trabalhista:

8.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, em vigor.

8.3.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.

8.3.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

8.3.4. Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.

8.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.3.6. A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06, e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, disposto no item 8.3.1 a 8.3.5 deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.

8.3.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3.6.2. O benefício de que trata o subitem 8.3.6 deste edital, não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição.

8.3.6.3. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na inabilitação do licitante sem prejuízo das penalidades prevista neste edital.

8.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial (Lei Federal nº 11.101/2005), **em vigor**, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

a) Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento, devendo a certidão mencionada no *caput*, ser emitida pelos órgãos do Poder Judiciário onde se localiza a sede da pessoa jurídica.

8.5. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

8.5.1. Alvará de Saúde ou Licença Sanitária, expedido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do Município sede da licitante, **em vigor**, comprovando que a licitante está autorizada a operar no ramo de gêneros alimentícios. Também serão aceitos licenciamentos sanitários expedidos por órgãos de Vigilância Sanitária Federal (Ministério da Saúde) e estadual (Secretaria Estadual da Saúde).

8.6. A licitante deverá estar em situação regular nos seguintes cadastros, sob pena de inabilitação, que será consultado online, no momento da licitação, pelo Pregoeiro:

a) CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, no endereço eletrônico:

https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

b) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no endereço eletrônico:

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

c) CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

8.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

a) Para a pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU no endereço eletrônico:
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

8.8. As declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da licitante, especificado no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de **Procuração** ou **Credenciamento** que conceda poderes ao signatário.

8.9. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

8.10. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à **matriz** ou à **filial (razão social e CNPJ)** da licitante que ora se habilita para este certame licitatório, exceto para os itens 8.3.1, 8.3.5 e 8.4.1. Entretanto, será aceito para efeito de habilitação, documentos emitidos (para os itens 8.3.1 e 8.3.5) em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.

8.11. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitadas aquelas licitantes cuja documentação apresente irregularidades.

8.12. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número do telefone.

9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DO VALOR ESTIMADO

9.1. O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO**, sendo que o lote será adjudicado conforme disposto no item 12 deste edital.

9.2. O julgamento dos itens terá como base a média do orçamento prévio, constante na fase preparatória.

9.3. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo enviar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Rua Francisco Marcantônio, nº 57, em Antônio Prado/RS, no Centro Administrativo Municipal.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br.

10.4. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos serão dirigidos à Procuradoria-Geral, e aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, se for o caso, por intermédio do Pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

10.5. As respostas às impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão disponibilizados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e estarão disponíveis no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, **sendo de responsabilidade exclusiva da licitante** a obtenção ou consulta desses documentos.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.9. Nas impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferida a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. O recurso poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Rua Francisco Marcantônio, nº 57, em Antônio Prado/RS, no Centro Administrativo Municipal.

11.10. Os recursos serão dirigidos à Procuradoria-Geral, e aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, se for o caso, por intermédio do Pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

11.11. As respostas e os julgamentos referentes ao procedimento licitatório estarão disponíveis no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, **sendo de responsabilidade exclusiva da licitante** a obtenção ou consulta desses documentos.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação (incluindo prazo de entrega de amostras), e esgotados os recursos administrativos, se houverem, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, a Administração poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

13 – DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

13.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, contado da data de convocação feita, pela Administração.

13.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.1.2. A Ata de Registro de Preços a ser assinada terá como base a minuta integrante deste edital conforme o **Anexo VII**.

13.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada conforme o determinado no Decreto Municipal nº 1.796/2022.

14 – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contato (fornecimento de bens e prestação de serviços).

14.2. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente, em nome da licitante vencedora, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

14.3. A licitante vencedora deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro único da Administração durante toda a vigência do contrato.

14.4. A Administração reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

14.5. Será de integral responsabilidade da licitante vencedora o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados e os valores recebidos.

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo a licitante vencedora destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 1.698/2022, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

14.7. A licitante vencedora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. Para receber o pagamento, deverá:

a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor da Administração e contendo o número do contrato;

b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente;

14.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a licitante vencedora deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

14.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela licitante vencedora para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

14.11. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

14.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da licitante vencedora.

14.13. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte da licitante vencedora.

14.14. É vedado à licitante vencedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes desta licitação.

14.15. A critério da Administração, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

14.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à licitante vencedora, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

14.17. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão contratual.

14.18. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a licitante vencedora será notificada para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

14.19. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, a depender de justificativa apresentada pela licitante vencedora.

14.20. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

14.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a licitante vencedora não regularize sua situação.

14.22. Será rescindido o contrato em execução com a licitante vencedora irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Administração.

14.23. A licitante vencedora não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

14.24. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e a Administração compensará a licitante vencedora com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

14.25. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.26. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.27. Para fins de pagamento, a licitante vencedora, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora.

14.28. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão desta Administração.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. A licitante vencedora que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor.

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

15.1.2. MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela Administração, seguindo,

ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

I – para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do(s) item(ns), até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

II – para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido a Ata de Registro de Preços, nas seguintes situações:

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

III – para inconformidade **GRAVE:**

- a) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), pela não celebração da Ata de Registro de Preços ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) será aplicada multa de 1% (um por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindida a Ata de Registro de Preços, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

VI – para inconformidade **GRAVÍSSIMA:**

- a) será aplicada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do

item/grupo, e/ou rescindida a Ata de Registro de Preços, pela inexecução total do objeto;

b) será aplicada multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindida a Ata de Registro de Preços, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

15.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

c) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da Ata de Registro de Preços;

b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis

após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

15.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.2. Será facultada à licitante vencedora, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Edital.

15.3. As multas e seu pagamento não eximirão a licitante vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

15.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos à licitação participantes retardatários.

16.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

16.5. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

16.6. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes.

16.8. Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 20 (vinte) minutos do horário previsto.

16.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

16.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Dep. de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Administração, pelo telefone (54) 3293 5604, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h45min ou 13h15min às 17h30min, com o Pregoeiro ou equipe de apoio.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site da Administração, no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, no site do Tribunal de Contas do Estado – TCE, no LicitaCon Cidadão no endereço eletrônico https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:2:::NO:2,RIR:P2_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:4,40800&cs=1Qlud8YPCocKc27sk9FFvAPvQEN0 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.

16.15. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.16. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente edital serão sanados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, juntamente com a Procuradoria-Geral, obedecida a legislação vigente.

16.17. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Antônio Prado/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.18. Faz parte deste Edital:

Anexo I - Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta;



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO

Cidade Mais Italiana do Brasil

-
- | | |
|------------|---|
| Anexo II | - Termo de Referência Administrativo; |
| Anexo III | - Modelo de Credenciamento; |
| Anexo IV | - Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP; |
| Anexo V | - Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI; |
| Anexo VI | - Modelo de Declaração Conjunta de Atendimento às Condições deste Edital; |
| Anexo VII | - Minuta de Ata de Registro de Preços; |
| Anexo VIII | - Estudo Técnico Preliminar; |
| Anexo IX | - Termo de Referência Técnico. |

Antônio Prado/RS, 1º de setembro de 2026.

ELIAS ZULIAN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Visto – Procuradoria-Geral

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ FONE: _____

E-MAIL: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ABACATE – de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem sinais de rupturas ou machucados, grau de amadurecimento ideal para consumo. Transportados de forma adequada. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	150		
2	ABACAXI PÉROLA OU CAIANO – de 1ª qualidade, maduro. O abacaxi deverá apresentar tamanho médio e livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade, validade quinzenal. <u>Apresentação: unidade</u>	UND	500		
3	ABOBRINHA ITALIANA – de 1ª qualidade, nova, sã, tamanho médio, limpa, verde, de boa qualidade, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	250		
4	ACHOCOLATADO DIET EM PÓ – sem adição de açúcar, sem glúten, com grande quantidade de cacau na sua formulação. Certificado pela ANAD (Associação Nacional de Assistência ao Diabético) com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data	EMB	10		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	de entrega. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>				
5	ACHOCOLATADO EM PÓ – instantâneo, enriquecido com vitaminas, fonte de ferro e cálcio. Deve constar data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses, rendimento, instruções de preparo e conservação. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	200		
6	AÇÚCAR – cristal, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, em embalagem plástica transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra, deve constar no rótulo informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Com registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: embalagem com 5kg</u>	EMB	658		
7	AÇÚCAR MASCAVO – embalagem com data de fabricação e prazo de validade, íntegra. Produto com inspeção, livre de umidade, mofo e sujidades. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	40		
8	AÇÚCAR CRISTAL GRANULADO EM SACHES 5G – origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, em embalagem individual de 5 gramas cada, deve constar no rótulo informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: kit com 800 unidades</u>	KIT	32		
9	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO 100% STÉVIA – sem adição de aspartame, ciclamato, sacarina e acessulfame K. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. <u>Apresentação: embalagem com 60ml</u>	EMB	8		
10	AGNOLINE CASEIRO – congelado. Embalagem plástica, íntegra, resistente, com data de fabricação e prazo de validade. Produto com inspeção sanitária e registro Ministério Saúde. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 400g</u>	EMB	350		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

11	AGRIÃO – com folhas íntegras livres de fungos, transportados em sacos plásticos transparente de 1º uso. <u>Apresentação: molho</u>	MOLHO	80		
12	ÁGUA MINERAL SEM GÁS – lacradas com tampa inviolável, com PH mínimo 6,10. Com fornecimento do vasilhame, em comodato. <u>Apresentação: bombona com 20 litros</u>	UND	155		
13	AIPIM DESCASCADO CONGELADO – pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados. Validade de 3 meses. <u>Apresentação: kg</u>	KG	180		
14	ALFACE CRESPA REPOLHUDA – de 1ª qualidade, tamanho médio, fresca, firme, com coloração e tamanho uniformes, livre de resíduos. Entregues em sacos plásticos transparentes de 1º uso. Validade semanal. <u>Apresentação: unidade</u>	UND	700		
15	ALHO – de 1ª qualidade, bulbo inteiro, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Validade máxima de dois meses. <u>Apresentação: kg</u>	KG	50		
16	ALHO PORÓ – de 1ª qualidade, deve apresentar-se com aspecto fresco, não queimado (ex., pelo frio), sem folhas amareladas. Limpo, tenro e hidratado (não murcho), com folhas íntegras, coloração característica, sem podridão. Isento de sujidades, de quaisquer matérias estranhas, de cheiro e/ou sabor anormal. <u>Apresentação: maço</u>	MAÇO	100		
17	AMEIXA – de 1ª qualidade, nova, grau de maturação ideal para consumo, de maneira uniforme, com textura e consistência de fruta fresca. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	300		
18	AMEIXA SECA SEM CAROÇO – ameixa preta, desidratada, sem semente, sem adição de açúcar, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Embalagem com peso mínimo de 100 gramas. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>	EMB	150		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

19	AMENDOIM TORRADO SEM CASCA E SEM SAL – embalado em pacote de polietileno atóxico, transparente, resistente, hermeticamente fechado. Sem casca e sem sal. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo 500g</u>	EMB	100		
20	AMIDO DE MILHO – sem glúten, 100% puro amido, extraído do milho, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo 24 meses, com informações de uso e tabela nutricional. Embalagem íntegra. <u>Apresentação: embalagem com 1kg</u>	EMB	280		
21	ARROZ BRANCO – subgrupo: branco, tipo 01. A embalagem deve ser de plástico transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com 5kg</u>	EMB	180		
22	ARROZ PARBOILIZADO – subgrupo: parboilizado, classe: longo fino, tipo: 01. A embalagem deve ser de plástico transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com 5kg</u>	EMB	600		
23	AVEIA EM FLOCOS FINOS – embalagem de plástico, ou papel, resistente, com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	250		
24	AZEITE DE OLIVA – tipo extra virgem, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Com informação nutricional no rótulo, embalagem de vidro ou lata. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500ml</u>	EMB	150		
25	BALA SORTIDA MASTIGÁVEL – sortidas, sabor artificial de banana, morango, uva e maçã verde coloridas artificialmente. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 600g</u>	EMB	80		
26	BANANA PRATA – em pencas, com casca sã e sem ruptura. Com cor, cheiro e sabor característicos. Com tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, ausência de sujidades, parasitas, amasso e sinais de apodrecimento. Em unidades de peso médio	KG	910		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	entre 70 e 100 g, com grau médio de amadurecimento. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>				
27	BATATA DOCE – de 1ª qualidade, graúda, uniforme, lavada, sem lesões de origem física ou mecânica, sem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme. Validade mensal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	400		
28	BATATA INGLESA BRANCA OU ROSA – de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, consistência firme, sem indício de germinação, isenta de sujidades, partes pútridas, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação. Validade mensal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	600		
29	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS – sabores diversos, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Embalagem de plástico, resistente e íntegra. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA, com informação nutricional no rótulo. Validade de 30 dias a contar da data da entrega. <u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>	EMB	2.000		
30	BEBIDA LÁCTEA COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE – Deve possuir enzima lactase. Sabores diversos, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Embalagem de plástico, resistente e íntegra. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA, com informação nutricional no rótulo. Validade de 30 dias a contar da data da entrega. Com validade mínima de 04 meses. <u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>	EMB	200		
31	BERGAMOTA – de 1ª qualidade, tamanho médio, madura, fresca, firme e livre de sujidades, danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	420		
32	BETERRABA – de 1ª qualidade, fresca, compacta e firme, tamanho médio, com cheiro e sabor característicos; sem folhas, lesões de origem física ou mecânica oriundas do manuseio e transporte inadequados; isenta de	KG	400		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	enfermidades, material terroso e umidade externa anormal. Validade quinzenal. <u>Apresentação: kg</u>				
33	BISCOITO CASEIRO DOCE – Tipo tradicional, de maisena, amanteigado ou de milho. Sem adição de corantes e aromatizantes. Em embalagem plástica transparente e resistente, com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Os biscoitos devem estar íntegros e ser entregues de forma alternada ou conforme solicitação da licitante. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	640		
34	BISCOITO CASEIRO DOCE SEM AÇÚCAR E SEM ADOÇANTE – contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ausência de açúcar ou adoçantes, contendo ingredientes como frutas frescas e/ou secas para conferir sabor doce. Dispostos em embalagem plástica transparente, com rotulagem mínima conforme legislação vigente. O produto deve estar isento de sujidades. Os biscoitos devem estar íntegros. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 120g</u>	PCTE	150		
35	BISCOITO CASEIRO INTEGRAL – contendo farinha de trigo integral como o farináceo mais abundante na receita, açúcar, manteiga, ovos e fermento químico. Sem adição de corantes e aromatizantes. Em embalagem plástica transparente e resistente, com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Os biscoitos devem estar íntegros. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 300g</u>	PCTE	610		
36	BISCOITO CASEIRO INTEGRAL SEM AÇÚCAR E SEM ADOÇANTES – contendo farinha de trigo integral como o farináceo mais abundante na receita, ausência de açúcar ou adoçantes, contendo ingredientes como frutas frescas e/ou secas para conferir sabor doce. Dispostos em embalagem plástica transparente, com rotulagem mínima conforme legislação vigente. O produto deve estar isento de sujidades. Os biscoitos devem estar íntegros. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 120g</u>	PCTE	150		
37	BISCOITO DE POLVILHO, SEM GLÚTEM – contendo polvilho, fonte de gordura (exceto gordura vegetal hidrogenada), ovos, leite e sal. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN. Sabor e cor característicos, textura crocante. Embalagem de polietileno atóxico, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso,	EMB	300		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	fabricante, data de fabricação e validade. Os biscoitos devem estar íntegros. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 70g</u>				
38	BISCOITO DOCE SORTIDO – contendo farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, emulsificantes, aromatizantes e conservantes. Prazo de validade de, no mínimo, 4 meses da data de entrega. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 300g</u>	PCTE	530		
39	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA – contendo farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, e fermentos químicos. Os biscoitos devem estar íntegros. Prazo de validade de, no mínimo, 4 meses da data de entrega. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no Ministério da Saúde. NÃO DEVE CONTER LACTOSE. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 345g</u>	PCTE	530		
40	BISCOITO DOCE TIPO MARIA – contendo farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, e fermentos químicos. Os biscoitos devem estar íntegros. Prazo de validade de, no mínimo, 4 meses da data de entrega. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no Ministério da Saúde. NÃO DEVE CONTER LACTOSE. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 345g</u>	PCTE	530		
41	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA COM GLACÊ – contendo farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, emulsificantes e conservantes. Prazo de validade de, no mínimo, 4 meses da data de entrega. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 300g</u>	PCTE	610		
42	BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL– contendo farinha de trigo, gordura vegetal, sal, e fermentos químicos. Embalagem plástica atóxica e resistente. Os biscoitos devem apresentar textura crocante, estar íntegros. Prazo de validade de, no mínimo, 4 meses da data de entrega. Registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 690g.</u>	PCTE	360		
43	BRÓCOLIS – de 1ª qualidade, cabeças grandes, firmes, frescas e de cor verde escura. Deverá ser	UND	700		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	entregue em recipientes limpos e livres de sujidades. Validade semanal. <u>Apresentação: unidade</u>				
44	CACAU EM PÓ – cacau em pó solúvel, sem glúten, zero açúcar. Prazo mínimo de validade de 06 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	300		
45	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO – tradicional, à vácuo, com selo de pureza ABIC. Ingredientes: 100% grãos de café. Com Registro no Ministério da Saúde. Data de fabricação e validade de, no mínimo, 12 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	1.705		
46	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO – intensidade de sabor Tradicional. Com informação nutricional no rótulo. Que não contenha glúten. Data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	300		
47	CANELA EM PÓ – embalagem plástica transparente e resistente, contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 25g</u>	EMB	150		
48	CANELA EM RAMA – embalagem plástica transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 20g</u>	EMB	200		
49	CANJIQUEIRA OU QUIRERA DE MILHO – canjica de milho triturado, tipo 1, embalado em pacote transparente e resistente, cor amarela. Prazo mínimo de validade: 06 meses. <u>Apresentação: embalagem com 500g</u>	EMB	300		
50	CAQUI – de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, uniformes, firmes, com aroma e sabor característico, livre de danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, livres de sujidades, parasitas e larvas. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	300		
51	CARNE BOVINA COM OSSO RESFRIADA DIANTEIRO – açougue tipo 2, resfriada (0° a	KG	400		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	7°C), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura), sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitas e larvas, odor e sabor próprio, fresca, in natura. O percentual aceitável de sebo/gordura será de, no máximo, 5% do peso total solicitado. Denominação de venda do produto, identificação de origem/registro de inspeção no órgão competente, identificação do fabricante, lote de identificação de origem. Data do fracionamento do produto. Estas identificações devem estar em anexo na entrega do produto. Com <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i> . <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>				
52	CARNE BOVINA CONTRAFILÉ, SEM OSSO, RESFRIADA – resfriada (0° a 7°C), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura), sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitas e larvas, odor e sabor próprio. O percentual aceitável de sebo/gordura será de, no máximo, 5% do peso total solicitado. A embalagem deve ser de plástico, transparente e resistente. Será obrigatório constar na embalagem: o nome do produto, instruções e temperatura ideais para o armazenamento, a data de embalagem, o prazo de validade de, no mínimo, 2 meses e o nome do frigorífico ou abatedouro e seu <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i> . <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	400		
53	CARNE BOVINA MOÍDA RESFRIADA – açougue tipo 2, resfriada (0° a 7°C), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura), sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitas e larvas, odor e sabor próprio, fresca, in natura. O percentual aceitável de sebo/gordura será de, no máximo, 5% do peso total solicitado. Denominação de venda do produto, identificação de origem/registro de inspeção no órgão competente, identificação do fabricante, lote de identificação de origem. Data do fracionamento do produto. Estas identificações devem estar em anexo na entrega do produto. Com <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i> .	KG	1.600		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	<u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>				
54	CARNE BOVINA PARA BIFE RESFRIADA PATINHO – açougue tipo 2, resfriada (0° a 7°C), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura), sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitas e larvas, odor e sabor próprio, fresca, in natura. O percentual aceitável de sebo/gordura será de, no máximo, 5% do peso total solicitado. Denominação de venda do produto, identificação de origem/registro de inspeção no órgão competente, identificação do fabricante, lote de identificação de origem. Data do fracionamento do produto. Estas identificações devem estar em anexo na entrega do produto. Com <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i>. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	600		
55	CARNE BOVINA RESFRIADA PATINHO EM ISCAS – açougue tipo 2, resfriada (0° a 7°C), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria da espécie (vermelha brilhante ou púrpura), sem manchas esverdeadas, pardacentas ou de qualquer espécie, isenta de parasitas e larvas, odor e sabor próprio, fresca, in natura. Iscas pequenas e uniformes, com aproximadamente 3 a 5 cm de comprimento e 1 a 2 cm de largura, com percentual aceitável de sebo/gordura de, no máximo, 5% do peso total solicitado. Denominação de venda do produto, identificação de origem/registro de inspeção no órgão competente, identificação do fabricante, lote de identificação de origem. Data do fracionamento do produto. Estas identificações devem estar em anexo na entrega do produto. Com <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i>. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	850		
56	CARNE DE FRANCO, COXA E SOBRE COXA, COM OSSO, CONGELADA – deverá ser entregue em embalagem de plástico, transparente, resistente e intacta. Os cortes deverão ter contornos definidos, estando aderentes, firmes e sem manchas, lisos e com coloração clara, sem odores. Será obrigatório constar na embalagem: o nome do produto, acompanhado do termo congelado, instruções de armazenamento, a data de validade, o prazo	KG	400		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	de validade de, no mínimo 2 meses e o nome frigorífico ou abatedouro e seu registro no SIF, CISPOA ou COPAS. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>				
57	CARNE DE FRANCO, COXA E SOBRE COXA, DESOSSADA, CONGELADA – deverá ser entregue em embalagem de plástico, transparente, resistente e intacta. Os cortes deverão ter contornos definidos, estando aderentes, firmes e sem manchas, lisos e com coloração clara, sem odores. Será obrigatório constar na embalagem: o nome do produto, acompanhado do termo congelado, instruções de armazenamento, a data de validade, o prazo de validade de, no mínimo 2 meses e o nome frigorífico ou abatedouro e seu registro no SIF, CISPOA ou COPAS. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	750		
58	CARNE DE FRANGO, PEITO, SEM OSSO, CONGELADO – deverá ser entregue em embalagem de plástico, transparente, resistente e intacta. Os cortes deverão ter contornos definidos, estando aderentes, firmes e sem manchas, lisos e com coloração clara, sem odores. Será obrigatório constar na embalagem: o nome do produto, acompanhado do termo congelado, instruções de armazenamento, a data de validade, o prazo de validade de, no mínimo 2 meses e o nome frigorífico ou abatedouro e seu registro no SIF, CISPOA ou COPAS. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	900		
59	CARNE DE FRANGO, PEITO SEM OSSO, DESFIADO, TEMPERADO E CONGELADO - deverá ser entregue em embalagem de plástico, transparente, resistente e intacta. Temperado com temperos naturais como cebola, alho, salsa, cebolinha, etc, sal e óleo vegetal. Sem adição de aditivos alimentares para conservar ou dar cor e sabor. Características específicas do produto: cor, sabor, odor e textura. Rotulagem com ingredientes, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	280		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

60	CARNE SUÍNA, RESFRIADA, SEM OSSO – coxão mole, lombo, bife de lombo ou picada em cubos, conforme a solicitação da licitante, sem capa de gordura aparente. Aspecto próprio, não amolecida, não pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidade, parasitas e larvas. Certificado de inspeção sanitária. <u>Apresentação: embalada em pacotes íntegros de aproximadamente 1kg</u>	KG	700		
61	CEBOLA – tamanho médio, nova, sã, de 1ª qualidade, sem indício de germinação, isenta de partes pútridas. Validade quinzenal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	600		
62	CENOURA – tamanho médio, nova, sã, de 1ª qualidade, sem folhas, limpa. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	500		
63	CHÁ DE CAMOMILA – Ingrediente puro e desidratado, sem aditivos alimentares. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: caixa com, no mínimo, 10 unidades</u>	CX	435		
64	CHÁ DE ERVA DOCE – Ingrediente puro e desidratado, sem aditivos alimentares. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: caixa com, no mínimo, 10 unidades</u>	CX	253		
65	CHÁ DE ERVAS VARIADAS – Ingrediente puro e desidratado, sem aditivos alimentares. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Sabores: hortelã, camomila, cidreira, boldo. <u>Apresentação: caixa com, no mínimo, 15 unidades</u>	CX	450		
66	CHÁ DE FRUTAS SELECIONADAS – Ingrediente puro e desidratado, sem aditivos alimentares. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Ex: frutas vermelhas, maçã com canela, limão com gengibre, laranja, maracujá. <u>Apresentação: caixa com, no mínimo, 10 unidades</u>	CX	395		
67	CHICÓRIA – lisa ou crespa, de 1ª qualidade, validade semanal, livre de fungos, folhas integras.	UND	300		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	<u>Apresentação: unidade</u>				
68	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL 50% CACAU – contendo cacau em pó e açúcar. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	300		
69	CHOCOLATE GRANULADO – embalagem plástica transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com 500g</u>	EMB	70		
70	CHUCHU – de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, livre de enfermidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente. <u>Apresentação: kg</u>	KG	400		
71	COCO RALADO SEM AÇUCAR – polpa de coco desidratada natural sem açúcar, que não contenha glúten. Embalagem plástica resistente, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo 2 anos. Com informação nutricional. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>	EMB	150		
72	COLORAU – colorífico, embalagem íntegra, com data de fabricação e prazo de validade e informação nutricional. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 400g</u>	EMB	300		
73	COUVE CHINESA – de 1ª qualidade, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, com folhas íntegras e firmes; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; isenta de material terroso, de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas. <u>Apresentação: unidade</u>	UND	180		
74	COUVE-FLOR – de 1ª qualidade, cabeças grandes, firmes, frescas e de cor característica da espécie. Deverá ser entregue em recipientes limpos e livres de sujidades. Validade semanal. <u>Apresentação: unidade</u>	UND	600		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

75	COUVE FOLHA – de 1ª qualidade, da variedade manteiga, fresca, tamanho médio e coloração verde escuro uniforme, sem manchas, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. <u>Apresentação: maço</u>	MAÇO	160		
76	CRAVO DA ÍNDIA – embalagem plástica, transparente e resistente, contendo rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade, e registro no Ministério da Saúde <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 12g</u>	EMB	150		
77	CREME DE LEITE – esterilizado, UHT homogeneizado. Ingredientes: creme de leite, leite em pó e estabilizante. Teor de gordura: máximo 20%. Que não contenha glúten. Com Registro no Ministério da Agricultura. Com informação nutricional. Validade de, no mínimo, 6 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	450		
78	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NATA) – esterilizado. Ingredientes: creme de leite pasteurizado, que não contenha glúten. Teor de gordura: máximo 42%. Com Registro no Ministério da Agricultura. Com informação nutricional. Validade de, no mínimo, 30 dias. <u>Apresentação: embalagem com 300g</u>	EMB	250		
79	CREME VEGETAL SEM SAL – livre de gordura trans e de sal. Deverá conter registro no Ministério da Agricultura e DINAL. O rótulo deverá conter as informações nutricionais, além da data de fabricação e validade, a qual deverá ser de, no mínimo, 6 meses (contados a partir da data de entrega). As embalagens deverão ser de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	140		
80	CUCA CASEIRA COM RECHEIO – cuca com farofa de açúcar e recheio de doce de leite, chocolate ou goiabada, conforme solicitação da licitante. A cuca deve ser fabricada com matérias primas de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa, sujidades, parasitas, áreas queimadas e em perfeito estado de conservação, não podendo apresentar mofo. Embaladas individualmente com identificação de peso, data de fabricação e prazo de validade	UND	190		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	e informação nutricional. A cuca deverá ser entregue no máximo um dia após a data de fabricação. Deve obedecer ao regulamento técnico da ANVISA. <u>Apresentação: unidade com peso médio de 600 a 700g.</u>				
81	CUCA CASEIRA SEM RECHEIO – cuca com farofa de açúcar, sem recheio, feita com ingredientes naturais. A cuca deve ser fabricada com matérias primas de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa, sujidades, parasitas, áreas queimadas e em perfeito estado de conservação, não podendo apresentar mofo. Embaladas individualmente com identificação de peso, data de fabricação e prazo de validade e informação nutricional. A cuca deverá ser entregue no máximo um dia após a data de fabricação. Deve obedecer ao regulamento técnico da ANVISA. <u>Apresentação: unidade com peso médio de 600 a 700g</u>	UND	520		
82	CÚRCUMA EM PÓ (AÇAFRÃO DA TERRA) – embalagem plástica, resistente e íntegra. Cor, cheiro e aroma característico, sem adição de outros ingredientes e aditivos químicos. Contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo 8 meses (contados da data de entrega). <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>	EMB	400		
83	DOCE DE FRUTAS CREMOSO – composição: açúcar e polpa de fruta. Embalagem resistente, com rotulagem, procedência, data de fabricação e prazo de validade. Sabores: goiaba, figo, morango, frutas vermelhas ou uva. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 400g</u>	EMB	210		
84	DOCE DE LEITE EM PASTA – deve conter leite, açúcar, glicose, amido, bicarbonato de sódio. Com registro no Ministério da Agricultura e SIF ou COPAS. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 350g</u>	EMB	320		
85	ERVAS FINAS – Ingredientes: temperos desidratados como tomilho, manjerição, manjerona, orégano, sálvia. Embalagem plástica, resistente e íntegra. Cor, cheiro e aroma característico, sem adição de outros	EMB	200		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	ingredientes e aditivos químicos. Contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo 8 meses (contados da data de entrega). <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>				
86	ERVA MATE MOÍDA GROSSA – sem adição de açúcar, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem de 1kg</u>	EMB	50		
87	ERVILHA EM CONSERVA – ingredientes: grãos de ervilha ao natural, água, açúcar e sal. Que não contenha glúten. Deverá apresentar cor, odor e sabor característicos do produto, com textura macia. Não deverá conter aditivos químicos. O rótulo deverá apresentar informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 24 meses. Deverá conter registro no DINAL/MS. <u>Apresentação: embalagem com peso líquido drenado de, no mínimo, 170g</u>	EMB	300		
88	ERVILHA IN NATURA CONGELADA – vegetais selecionados e de primeira qualidade, 100% natural, sem sal, aditivos e corantes, congeladas e embaladas em pacotes íntegros de 1kg que contenham data de fabricação e validade do produto, com no mínimo 6 meses de validade. Deverá ser transportada e entregue em condições ideais de temperatura, conforme legislação. <u>Apresentação: embalagem de aproximadamente 1kg</u>	KG	200		
89	ERVILHA SECA – partida e de 1ª (primeira) qualidade, nova, constituída de grãosãos, com teor de umidade máxima de 15%, isenta de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionada em saco de polietileno atóxico, resistente e termossoldado. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	200		
90	ESPINAFRE – fresco, de 1ª qualidade, folhas viçosas, verdes e tenras, sem partes amarelada ou murchas, nem apodrecimento. Validade semanal. <u>Apresentação: molho</u>	MOLHO	80		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

91	ESSÊNCIA DE BAUNILHA – aroma artificial de baunilha. Embalagem plástica resistente, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo 2 anos. Com informação nutricional. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 30ml</u>	EMB	110		
92	EXTRATO DE TOMATE – ingredientes: polpa de tomates, sal e açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Com informação nutricional no rótulo. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem de 1kg</u>	EMB	500		
93	FARINHA DE AVEIA – produto processado obtido a partir da moagem dos grãos integrais da aveia. Embalagem primária plástica atóxica, rótulo conforme a legislação, contendo identificação do produto, peso, tabela nutricional, fabricante, data de fabricação, validade e número de lote. Prazo de validade no momento de entrega de no mínimo 06 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	100		
94	FARINHA DE MANDIOCA – em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Com data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 6 meses. Com informação nutricional no rótulo. Com registro MS. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	200		
95	FARINHA DE MILHO FLOCADA – obtida a partir de grãos de milho amarelos, submetido a processos tecnológicos de laminação e pré-cozimento. Deve apresentar aspecto, cor, odor e sabor característicos. Ausência de sal, umidade, fungos, parasitas e sujidades. Livre de conservantes e aromatizantes. Acondicionada em embalagem plástica resistente e atóxica. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses a contar da data de entrega do produto. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	120		
96	FARINHA DE MILHO MÉDIA – composição: 100% milho, cor amarela, sem pré-cozimento, em embalagem plástica, transparente, resistente. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 1kg</u>	PCTE	600		
97	FARINHA DE TAPIOCA – produto in natura, primeira qualidade, produzido a partir da mandioca adequada para consumo, de casca	PCTE	150		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	limpa e sem resíduos de terra. Não senescente. Ausência de substâncias estranhas, com garantia de qualidade higiênico-sanitária durante a produção. Validade mínimo de 6 (seis) meses após a fabricação. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, lote, CNPJ, quantidade do produto, prazo de validade. O produto deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico para Condições Higiênico, Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>				
98	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL – contendo farinha de trigo tipo 1, ferro e ácido fólico (vitamina B9), glúten natural de trigo, sem aditivos químicos, contendo instruções de conservação, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. Deve estar inscrito no Ministério da Saúde. Com informação nutricional no rótulo, acrescido de ferro e ácido fólico. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 5kg</u>	PCTE	200		
99	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL – contendo 100% trigo integral, sem aditivos químicos. Embalagem resistente, contendo data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Inscrito no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 1kg</u>	PCTE	50		
100	FEIJÃO BRANCO – tipo 1, classe feijão branco, novo, de 1ª qualidade, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses.com informações nutricionais no rótulo. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	280		
101	FEIJÃO CARIOCA – tipo 1, classe feijão carioquinha, novo, de 1ª qualidade, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses com informações nutricionais no rótulo. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 1kg</u>	PCTE	550		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

102	FEIJÃO PRETO – grupo: I, feijão: comum, classe: preto, tipo: 1, novo, de 1ª qualidade, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 1kg</u>	PCTE	650		
103	FERMENTO BIOLÓGICO – granulado, instantâneo seco. Com data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 10g</u>	EMB	80		
104	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO – ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e bicarbonato de cálcio. Não conter glúten. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 4 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 250g</u>	EMB	200		
105	FILÉ DE TILÁPIA – limpo, congelado, isento de evidências de decomposição. De 1ª qualidade, com aspecto característico, não amolecido e nem pegajoso; cor, sabor e aroma característicos, não apresentando manchas esverdeadas e livre de sujidades, parasitas e larvas. Isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá estar acondicionado em sacos plásticos hermeticamente lacrados, transparentes e resistentes, garantindo a integridade do produto até o consumo. Rotulagem com informações mínimas exigidas pela Anvisa. <u>Apresentação: embalagem com no mínimo 600g</u>	EMB	250		
106	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADOS – ingredientes: milho, açúcar e sal, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem de plástico, íntegra e resistente. Na embalagem deve constar a informação nutricional, e a data de validade de, no mínimo 6 meses. Com registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: embalagem com 2kg</u>	EMB	250		
107	FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR E SEM GLÚTEN – ingredientes: milho e sal, enriquecido de vitaminas e minerais. Embalagem de plástico, íntegra e resistente. Na embalagem	EMB	300		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO

Cidade Mais Italiana do Brasil

	deve constar a informação nutricional, e a data de validade de, no mínimo 6 meses. Com registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>				
108	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DOS 6 MESES DE IDADE – fórmula infantil de seguimento, em pó, para lactentes a partir dos 6 meses de idade, a base de proteínas lácteas, adicionada de probióticos, com ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa – ácidos araquidônio (ARA) e docosahexaenoico (DHA), taurina, nucleotídeos e fibras alimentares. Isento de sacarose. Distribuição Energética aproximada: 47% Carboidratos, 12% Proteínas, 41% Lipídios. Enriquecida de vitaminas e minerais. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 800g</u>	UND	180		
109	GELATINA – embalagem com rótulo que deverá conter data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses, além de informações nutricionais. Com registro no Ministério da Saúde. Sabores abacaxi e morango. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 20g</u>	EMB	320		
110	GELATINA INCOLOR SEM SABOR – produto processado sem aromatizante e sem corante. Embalagem primária de polipropileno (sachê) com rótulo conforme a legislação, contendo identificação do produto, peso, tabela nutricional, fabricante, data de fabricação, validade e número de lote. Prazo de validade no momento de entrega de no mínimo 06 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 24g</u>	EMB	150		
111	GERGELIN TORRADO – embalagem plástica, resistente e íntegra. Cor, cheiro e aroma característico. Contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo 6 meses (contados da data de entrega). <u>Apresentação: embalagem com 100g</u>	EMB	50		
112	GRANOLA – com açúcar mascavo, mel ou melado. Cereal matinal, com alto teor de fibras, proteínas, ferro, fósforo e magnésio. Ingredientes que pode conter: flocos de aveia, de milho e/ou de arroz, quinoa, oleaginosas (como amêndoas, castanhas ou nozes), sementes (como linhaça, chia, girassol), lascas de coco, frutas desidratadas, óleo vegetal, açúcar mascavo, mel, melado de cana, germe	EMB	130		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	de trigo, extrato de malte, aromas naturais e antioxidantes. Fornecida em embalagem plástica resistente, permitindo a visualização do produto. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 250g</u>				
113	GRÃO DE BICO – tipo 1, classe grão de bico, novo, de 1ª qualidade, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses, com informações nutricionais no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	350		
114	IOGURTE NATURAL INTEGRAL – contendo no máximo leite integral e/ou leite reconstituído integral, leite em pó e fermentos lácteos. Embalagem de plástico, resistente, com solda reforçada e íntegra. Com Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA, com informação nutricional no rótulo. Data de fabricação e prazo de validade mínimo de 30 dias. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 140g</u>	EMB	300		
115	KIWI – in natura, fruta inteira com casca, unidades de tamanho médio, fruta madura ou grau médio de amadurecimento, sem machucados internos e externos, cor uniforme e limpa. Embalados em saco plástico transparente. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	205		
116	LARANJA – de 1ª qualidade, madura, em kg. A laranja deverá apresentar tamanho médio e livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	420		
117	LARANJA DO CÉU – nova, de 1ª qualidade, madura, em Kg, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, em perfeitas condições de conservação e maturidades. Suculenta e não seca. Deverá ser entregue em caixa de PVC vazada, com peso identificado. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	200		
118	LEITE CONDENSADO – ingredientes: leite pasteurizado integral, leite em pó desnatado, açúcar, creme de leite pasteurizado e lactose,	EMB	350		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	que não contenha glúten. Com registro no Ministério da Agricultura. Validade de, no mínimo, 12 meses. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 395g</u>				
119	LEITE INTEGRAL EM PÓ INSTANTÂNEO – leite em pó integral enriquecido de vitaminas e sais minerais. Com data de fabricação e prazo de validade, no mínimo, 12 meses. Na embalagem deverá constar instruções de preparo e conservação. Com informações nutricionais no rótulo. Embalagem em poliéster metalizado, resistente e com solda íntegra. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 400g</u>	EMB	270		
120	LEITE INTEGRAL UHT (<i>Ultra High Temperature</i>) – leite de vaca fluido, integral, homogeneizado e submetido a tratamento térmico UHT (<i>Ultra High Temperature</i>). O produto deve vir em embalagem cartonada asséptica de 1 litro com tampa de rosca, teor de gordura mínimo de 3,0 g/100 ml. Rótulo com ingredientes, valor nutricional e fabricante. Validade mínima de 90 a 120 dias na entrega. <u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>	EMB	11.000		
121	LEITE SEM LACTOSE UHT (<i>Ultra High Temperature</i>) – leite de vaca fluido, isento de lactose, integral, homogeneizado e submetido a tratamento térmico UHT (<i>Ultra High Temperature</i>). O produto deve vir em embalagem cartonada asséptica de 1 litro com tampa de rosca, teor de gordura mínimo de 3,0 g/100 ml. Rótulo com ingredientes, valor nutricional e fabricante. Validade mínima de 90 a 120 dias na entrega. <u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>	EMB	350		
122	LEITE VEGETAL – à base de soja, arroz ou amêndoas. Enriquecido com cálcio – sem açúcar, sem lactose e sem glúten. Deverá constar no rótulo informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo, 3 meses (contados da data de entrega). <u>Apresentação: embalagem longa vida com 1 litro</u>	EMB	100		
123	LENTILHA – classe: graúda, tipo: 01, nova, de 1ª qualidade, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Com data de fabricação	EMB	800		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 400g</u>				
124	LIMÃO – novo de 1ª qualidade, tipo galego, maduro, em Kg, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, em perfeitas condições de conservação e maturidade. Com peso identificado na embalagem. <u>Apresentação: kg</u>	KG	30		
125	LINHAÇA – dourada, em embalagem plástica, transparente, com solda reforçada, transparente, resistente e íntegra. Sem apresentação de grãos mofados, carunchos e sujidades. Com data de fabricação e prazo de validade, com informações nutricionais no rótulo. Com registro. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 150g</u>	EMB	30		
126	LOURO – em folhas secas de primeira qualidade, limpo, isento de sujidades, mofo ou materiais estranhos, com aspecto, cor, odor e sabor característico. Acondicionado em embalagem plástica transparente, resistente e atóxica. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto. <u>Apresentação: embalagem de, no mínimo, 40g</u>	EMB	150		
127	MAÇÃ SECA PARA CHÁ – com data de fabricação e prazo de validade, íntegra. Produto sem bolores e mofos em perfeitas condições de uso. Com registro. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>	EMB	365		
128	MAÇÃ VERMELHA TIPO FUJI – de qualidade, com peso médio de 150g de cada unidade, grau médio de amadurecimento. Deve estar livre de danos fisiológicos, sãs, livre de pragas e doenças, cor uniforme e boa definição superficial. Entregues em embalagens plásticas. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	620		
129	MAÇÃ VERMELHA TIPO GALA – de qualidade, com peso médio de 150g de cada unidade, grau médio de amadurecimento. Deve estar livre de danos fisiológicos, sãs, livre de pragas e doenças, cor uniforme e boa definição superficial. Entregues em embalagens plásticas. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	500		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

130	MAMÃO FORMOSA – de 1ª qualidade, novo, grau médio de amadurecimento, validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	1.005		
131	MANGA – variedade Palmer de 1ª qualidade, aspecto globoso, maduras, cor própria, classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, com boa qualidade, livre de sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física e mecânica. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	805		
132	MANTEIGA SEM SAL – pura e sem sal. Contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Embalagens íntegras e resistentes, sem alterações. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	380		
133	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO CABELO DE ANJO – embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural do trigo enriquecida com vitaminas. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 8 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	500		
134	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO ESPAGUETE – embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural do trigo enriquecida com vitaminas. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 8 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	500		
135	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO ESPAGUETE, CASEIRA CONGELADA – Formato espagete. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ovos. Pode conter corantes naturais. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas. Embalagem plástica transparente, com informação nutricional,	PAC	230		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	ingredientes, fabricante e data de fabricação e validade. Deve ser congelado. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>				
136	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO LETRINHA – embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural do trigo enriquecida com vitaminas. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 8 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	500		
137	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO MACARRÃO, CASEIRA CONGELADA – Formato macarrão. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ovos. Pode conter corantes naturais. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas. Embalagem plástica transparente, com informação nutricional, ingredientes, fabricante e data de fabricação e validade. Deve ser congelado. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PAC	230		
138	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO PARAFUSO – embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural do trigo enriquecida com vitaminas. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 8 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	800		
139	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS TIPO PENNE – embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural do trigo enriquecida com vitaminas. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 8 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	600		
140	MASSA ALIMENTÍCIA DE ARROZ TIPO ESPAGUETE SEM GLÚTEN – proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de massa, tipo espagete. Embalagem transparente. Informações nutricionais na embalagem. Validade de no mínimo 06 meses. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 400g</u>	PCTE	40		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

141	MASSA ALIMENTÍCIA TIPO PARAFUSO COM VEGETAIS – acondicionada em embalagens íntegras. Contendo espinafre e outros vegetais em sua formulação, sem conservantes artificiais. Deverá constar no rótulo informação nutricional e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo, 12 meses (contados da data de entrega). <u>Apresentação: embalagem com 500g</u>	PCTE	500		
142	MASSA PARA PANQUECA, CASEIRA RESFRIADA – Entregue sob refrigeração, em embalagem plástica, resistente, com solda reforçada e íntegra, com instruções de uso e conservação, com data de fabricação. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 1kg</u>	PCTE	300		
143	MASSA PARA PASTEL – tamanho médio. Média de 30 unidades por pacote. Embalagem plástica transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 60 dias. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	200		
144	MEL – produto pasteurizado. Entregue em embalagem resistente e bem vedada. Contendo rotulagem com informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	50		
145	MELANCIA – de 1ª qualidade, madura, nova. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	600		
146	MELÃO – de 1ª qualidade, redondo, graúdo, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, polpa madura, firme e intacta. <u>Apresentação: kg</u>	KG	605		
147	MILHO IN NATURA CONGELADO – primeira qualidade, 100% natural, congelado e embalado em pacotes íntegros. Sem sal, aditivos e corantes. Deverá constar no rótulo informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade, o qual deverá ser de, no mínimo, 6 meses (contados da data de entrega). Deverá ser transportado e entregues em condições ideais de temperatura <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 300g</u>	EMB	200		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

148	MILHO PARA PIPOCA – de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas de espécies. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	350		
149	MILHO VERDE EM CONSERVA – peso drenado. Grãos de milho natural, água, açúcar e sal. Deverá apresentar cor, odor e sabor característicos do produto, com textura macia. Não deverá conter aditivos químicos. O rótulo deverá apresentar informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 24 meses. Com registro. <u>Apresentação: embalagem com peso líquido drenado de, no mínimo, 170g</u>	EMB	350		
150	MILHO VERDE EM ESPIGA - de 1ª qualidade, fresco e macio. Em embalagem resistente com identificação de peso. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 3 espigas</u>	EMB	300		
151	MINI PÃO DE QUEIJO CONGELADO – Pode conter polvilho, queijo, ovos, leite e óleo vegetal. Sem adição de aromatizantes. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas. Embalagem plástica transparente, com informação nutricional, ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. Deve ser congelado. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 1kg</u>	EMB	160		
152	MOLHO DE TOMATE – pronto para consumo, contendo tomate, cebola, alho, temperos naturais, sal e conservante. Embalagem em sachê, contendo informação nutricional, fabricante, data de fabricação e data de validade. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 300g</u>	EMB	800		
153	MORANGA COMUM – madura, de 1ª qualidade, tamanho médio (aproximadamente 2kg cada), sã. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	200		
154	NHOQUE CASEIRO CONGELADO – Pode ser entregue nas versões tradicional, batata inglesa, batata doce ou moranga, conforme solicitação da licitante. Embalagem com informações nutricionais, ingredientes, fabricante, data de fabricação e prazo de validade Embalagem integral e com registro. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	400		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

155	NOZ MOSCADA EM PÓ – isenta de mofo, de odores estranhos e sem sujidades visíveis. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 20g</u>	EMB	80		
156	ÓLEO DE SOJA – tipo 1, livre de gordura trans. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com 900ml</u>	EMB	740		
157	ORÉGANO – embalagem plástica transparente e resistente, contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses e registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 40g</u>	EMB	230		
158	OVOS nº 2 – os ovos deverão estar limpos e não trincados. Com dados de fabricação, data de embalagem e prazo de validade de, no mínimo, 20 dias. <u>Apresentação: embalagem com 30 ovos</u>	EMB	500		
159	PÃO FATIADO TIPO SANDUÍCHE – o pão deverá ser fresco, macio, uniforme (mesmo tamanho), não pode apresentar mofo (pontos pretos, verdes ou rosa). O miolo do pão não pode grudar nos dedos quando comprimido, apresentar bolinhas duras, apresentar matéria estranha ou sujeiras. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação. O pão deve ser produzido no dia da entrega e ter validade de até 7 dias. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 400g</u>	PCTE	2.030		
160	PÃO FATIADO TIPO SANDUÍCHE INTEGRAL – o pão deverá ser produzido com farinha de trigo integral, fresco, macio, uniforme (mesmo tamanho), não pode apresentar mofo (pontos pretos, verdes ou rosa). O miolo do pão não pode grudar nos dedos quando comprimido, apresentar bolinhas duras, apresentar matéria estranha ou sujeiras. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação. O pão deve ser produzido no dia da entrega e ter validade de até 7 dias. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 400g</u>	PCTE	400		
161	PÃO SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN – Não pode conter LEITE e GLÚTEN. Pode ser entregue com farinha de centeio, de milho, de	PCTE	20		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	arroz, fécula de batata. O pão deverá ser fresco, macio, uniforme (mesmo tamanho), não pode apresentar mofo (pontos pretos, verdes ou rosa). O miolo do pão não pode grudar nos dedos quando comprimido, apresentar bolinhas duras, apresentar matéria estranha ou sujeiras. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação. O pão deve ser produzido no dia da entrega e ter validade de até 7 dias. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 350g</u>				
162	PÃO TIPO FRANCÊS – ingredientes: farinha de trigo de 1ª qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico (resolução nº 344, 13/12/2002), fermento biológico, água, sal, melhorador de farinha, isenta de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. A casca deverá ser dourada na parte superior e marrom na inferior, com espessura aproximada de 1 a 2 mm, não dura e sim crocante, sem a presença de pestana ou incisão da massa. Com miolo consistente, de cor creme, com cavidades irregulares, textura macia, aveludada, sedosa e elástica. O volume deverá ser normal para o peso (50 gramas), simétrico, uniformidade no assado, aroma e sabor típicos, com quebra uniforme e visível. Os pães deverão serem entregues higienicamente embalados conforme legislação vigente, atendendo a quantidade e a especificação da qualidade requisitada. O pão deve ser produzido no dia da entrega e ter validade de até 5 dias. <u>Apresentação: unidade com, no mínimo, 50g</u>	UND	5.200		
163	PÃO TIPO FRANCÊS INTEGRAL – ingredientes: farinha de trigo integral de 1ª qualidade, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal, melhorador de farinha, isenta de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. A casca deverá ser dourada, crocante, com miolo consistente, de cor creme, com cavidades irregulares, textura macia, aveludada, sedosa e elástica. O volume deverá ser normal para o peso (50 gramas), simétrico, uniformidade no assado, aroma e sabor típicos, com quebra uniforme e visível. Os pães deverão ser entregues higienicamente embalados conforme legislação vigente, atendendo a quantidade e a especificação da qualidade requisitada. O pão deve ser produzido no dia da entrega e ter validade de até 5 dias. <u>Apresentação: unidade com, no mínimo, 50g</u>	UND	800		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

164	PÃO TIPO MASSINHA (CACHORRO-QUENTE) – ingredientes: farinha de trigo especial, sal, leite, açúcar, água, margarina, fermento biológico. O pão deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, sujidades, parasitas, áreas queimadas e em perfeito estado de conservação, não podendo apresentar mofo. O pão deverá possuir formato e volume característico, superfície sem queimaduras e sujidades, casca fina, miolo leve e com porosidades uniformemente distribuídas, sem grudar nos dedos quando comprimido, isento de grumos duros, pontos negros, pardos e avermelhados. Em relação à cor, o pão deverá apresentar cor externa amarelada, amarelo-pardacenta apresentar cor externa amarelada, amarelo-pardacenta e cor interna (miolo) deve ser de cor branco-pardo. O odor do pão não deverá ser de fumaça, óleo ou qualquer odor estranho. Quanto ao sabor, não deverá apresentar sabor ácido alcoólico, rançoso, mofado, envelhecido ou acentuado de sal. O pão deve ser fabricado no dia da entrega, ter validade de 5 dias e não poderá ser embalado quente. <u>Apresentação: unidade com, no mínimo, 50g</u>	UND	4.000		
165	PÁPRICA DOCE – Em pó. Deverá apresentar aroma, cor, sabor e textura característicos, isento de sujidades e de contaminação. Rótulo com os dados de identificação, data de fabricação e validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 100g</u>	EMB	300		
166	PEPINO – novo, de 1ª qualidade, para salada e não conserva. Entregue em embalagem plástica. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	500		
167	PEPINO EM CONSERVA – ingredientes: pepino, vinagre, sal e condimentos. O rótulo deverá apresentar informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 24 meses. <u>Apresentação: embalagem com no mínimo 300g</u>	EMB	120		
168	PERA – de 1ª qualidade, madura, deverá apresentar tamanho médio e livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade. Validade quinzenal.	KG	400		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	<u>Apresentação: kg</u>				
169	PÊSSEGO – de 1ª qualidade, casca sem rupturas, características de cultivo bem definidas, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. <u>Apresentação: kg</u>	KG	300		
170	PIMENTA DO REINO BRANCA – em pó. Deverá apresentar aroma, cor, sabor e textura característicos, isento de sujidades e de contaminação. Rótulo com os dados de identificação, data de fabricação e validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 15g</u>	EMB	60		
171	PIMENTÃO – verde, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, para usar na alimentação, não sendo usados em conservas. Em embalagem resistente com identificação de peso. <u>Apresentação: kg</u>	KG	200		
172	PIRULITO DOCE – embalado individualmente, sabores diversos, peso unitário 12g. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 50 unidades</u>	PCTE	110		
173	PIRULITO DOCE FORMATO DE CORAÇÃO – embalado individualmente, sabores diversos, peso unitário 12g. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 50 unidades</u>	PCTE	45		
174	POLVILHO AZEDO – tipo 1, fabricado de amido de milho, embalagem plástica transparente e resistente, contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses e registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	150		
175	POLVILHO DOCE – tipo 1, fabricado de amido de milho, embalagem plástica transparente e resistente, contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses e registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 500g</u>	PCTE	150		
176	PRESUNTO COZIDO FATIADO MAGRO – sem capa de gordura, fatiado, com etiqueta contendo o peso (kg), data de fabricação e prazo de	KG	415		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	validade semanal. Registro no Ministério da Saúde. <u>Apresentação: kg</u>				
177	QUEIJO FATIADO LANCHE SEM LACTOSE – pasteurizado. Deverá constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade, no mínimo, 6 meses e a marca. Com registro no SIF, CISPOA ou COPAS. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 150g</u>	KG	80		
178	QUEIJO FATIADO PRATO / MUÇARELA – pasteurizado. Deverá constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade, no mínimo, 6 meses e a marca. Com registro no SIF, CISPOA ou COPAS. <u>Apresentação: kg</u>	KG	615		
179	QUEIJO PARMESÃO RALADO – deverá conter registro do SIF, SISPOA. Com data de fabricação e prazo de validade, no mínimo, 5 meses. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	150		
180	RABANETE – novo, macio, de 1ª qualidade, em molho, com coloração específica (vermelho rosado), são. Em embalagem resistente com identificação de peso. <u>Apresentação: kg</u>	KG	100		
181	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR COLA Refrigerante sabor cola, gaseificado, não alcoólico, em embalagem de 2 litros, própria para alimentos, com tampa e lacre de vedação, íntegra e inviolável. Produto com características próprias de cor, odor e sabor, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem contendo identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: frasco com 2 litros</u>	UND	50		
182	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR GUARANÁ Refrigerante sabor guaraná, gaseificado, não alcoólico, em embalagem de 2 litros, própria para alimentos, com tampa e lacre de vedação, íntegra e inviolável. Produto com características próprias de cor, odor e sabor, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem contendo identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: frasco com 2 litros</u>	UND	55		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

183	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR LARANJA Refrigerante sabor laranja, gaseificado, não alcoólico, em embalagem de 2 litros, própria para alimentos, com tampa e lacre de vedação, íntegra e inviolável. Produto com características próprias de cor, odor e sabor, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem contendo identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: frasco com 2 litros</u>	UND	45		
184	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR LIMÃO Refrigerante sabor limão, gaseificado, não alcoólico, em embalagem de 2 litros, própria para alimentos, com tampa e lacre de vedação, íntegra e inviolável. Produto com características próprias de cor, odor e sabor, em conformidade com a legislação vigente. Embalagem contendo identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: frasco com 2 litros</u>	UND	50		
185	REPOLHO BRANCO – de 1ª qualidade, gráudo, podado, isento de material terroso, coloração uniforme e sem manchas. Validade quinzenal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	450		
186	REPOLHO ROXO – de 1ª qualidade, gráudo, podado, isento de material terroso, coloração uniforme e sem manchas. Validade quinzenal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	250		
187	RICOTA – fresca, não-maturada, obtida do soro do leite de vaca, massa branca, consistência macia e quebradiça, sabor suave e cremoso, com textura leve, baixo teor de gordura, sem passar por processo de defumação, sem ingredientes adicionais, Embalado com filme plástico com barreira termoencolhível atóxico, limpo, não violado, resistente, no qual tenha sido aplicado vácuo parcial permitindo a perfeita aderência ao conteúdo que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com rótulo impresso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Validade mínima de 10 dias a partir da data de entrega nas unidades requisitante. Validade de no máximo 45 dias. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 200g</u>	EMB	200		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

188	SAGU – grupo mandioca, tipo 1, classe pérola. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Registro no Ministério da Agricultura. <u>Apresentação: pacote com, no mínimo, 400g</u>	PCTE	500		
189	SAL REFINADO IODADO – em saco plástico transparente, resistente, com solda íntegra. Ingredientes: cloreto de sódio, iodato de potássio, antiumectante AUVI. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 24 meses. Registro no Ministério da Saúde. Com informação nutricional no rótulo. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 1kg</u>	EMB	405		
190	SALSICHA DE FRANGO CONGELADA – produto de emulsão de carnes de aves em forma de gomos alongados, cozida e congelada. Deverá ser entregue em embalagem plástica intacta, transparente e resistente. Tamanho aproximado de 10 a 12 cm. Será obrigatório constar na embalagem: o nome do produto, acompanhado do termo congelado, instruções e temperatura ideais para o armazenamento, a data de embalagem, o prazo de validade de, no mínimo, 45 dias, o nome do frigorífico ou abatedouro e seu <i>registro no SIF, CISPOA ou COPAS</i> . <u>Apresentação: kg</u>	KG	310		
191	SALSICHÃO DE CARNE SUÍNA E BOVINA – preparado com carne pernil e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura de refrigeração adequada, acondicionada em saco de polietileno, devidamente fechado, e suas condições deverão estar de acordo com a nta-05 (decreto 12.486/78) e (IN nº 4/03/00 SDA) e suas posteriores alterações, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Secretaria da agricultura. <u>Apresentação: kg</u>	KG	400		
192	SÁLVIA - em folhas desidratadas de primeira qualidade, limpas, isentas de sujidades, mofo ou materiais estranhos, com aspecto, cor, odor e sabor característico. Acondicionadas em embalagem plástica transparente, resistente e atóxica. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto. <u>Apresentação: embalagem de, no mínimo, 40g</u>	EMB	150		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

193	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL – sardinhas ao próprio suco com óleo comestível, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível. Ingredientes: sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal. Embalagem: em lata com revestimento interno apropriado, vedada, isento de ferrugens e substâncias nocivas, com peso líquido de 125g. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 125g</u>	EMB	150		
194	SELETA DE LEGUMES – vegetais minimamente processados, de 1ª qualidade, frescos, isentos de sujidades, partes estragadas ou mofadas. Legumes diversos como moranga, cenoura, batata, vagem, chuchu, brócolis e ervilha. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	250		
195	SOPÃO DE LEGUMES – vegetais minimamente processados, de 1ª qualidade, frescos, isentos de sujidades, partes estragadas ou mofadas. Ingredientes como moranga, cenoura, abobrinha e milho. <u>Apresentação: embalagem com, no mínimo, 500g</u>	EMB	250		
196	SUCO DE FRUTA 100% FRUTA – pronto para beber, sabores diversos como uva branca, maçã, abacaxi, laranja, ou mistura de frutas. Sem adição de açúcares, corantes e aromatizantes. Produzido com frutas de qualidade, maduras e sãs. Submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, conforme recomendação de embalagem. Embalagem contendo informação nutricional, lista de ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. <u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>	EMB	646		
197	SUCO DE UVA INTEGRAL – não alcoólico e não fermentado. Sem açúcar, conservantes e aromatizantes. Deve ser entregue em caixas de papelão resistente. Deverá constar na embalagem instruções de preparo e conservação, além de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Com registro.	EMB	2.277		



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

	<u>Apresentação: embalagem com 1 litro</u>				
198	TEMPERO VERDE – maço contendo cebolinha e salsinha. Folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos, isenta de enfermidades, sujidades, parasitos e larvas. Maços com aproximadamente 300g, sem as raízes. <u>Apresentação: molho com aproximadamente 300g</u>	MOLHO	500		
199	TOMATE – gaúcho ou paulista, grau médio de amadurecimento (colorido), de 1ª qualidade, novo, são. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	800		
200	UVA – tipo Niágara, Bordô, Isabela, grau médio de amadurecimento, sem danos físicos, pragas ou doenças, são. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	300		
201	UVA PASSA DESIDRATADA, BRANCA – uva passa branca, desidratada, sem semente, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. <u>Apresentação: embalagem com no mínimo 100g</u>	EMB	120		
202	UVA PASSA DESIDRATADA, PRETA – uva passa preta, desidratada, sem semente, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. <u>Apresentação: embalagem com no mínimo 100g</u>	EMB	120		
203	VAGEM VERDE – nova, de 1ª qualidade, são. Validade semanal. <u>Apresentação: kg</u>	KG	200		
204	VINAGRE DE MAÇÃ – com registro no Ministério da Agricultura ou COPAS. Com informação nutricional no rótulo. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses. <u>Apresentação: embalagem, com no mínimo, 750ml</u>	EMB	300		

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____
(Conforme item 6.13, deve ser 90 dias)

(data)

(assinatura do responsável)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA ADMINISTRATIVO

1 – DA INTRODUÇÃO E DA BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido no inciso II, do Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2 – DAS DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

2.1. Da forma de seleção e critérios de julgamento:

- a)** modalidade: PREGÃO;
- b)** forma: PRESENCIAL;
- c)** lances: PREÇO UNITÁRIO DO ITEM;
- d)** critério de julgamento: MENOR PREÇO;
- e)** modo de disputa: ABERTO.

2.2. Classificação do objeto: o objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. Referência de Preços: pesquisa de preços realizada conforme Decreto Municipal nº 1.646, de 25 de janeiro de 2022.

2.4. Exclusividade/benefício para microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP (Art. 48, Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14) e microempreendedor individual – MEI (Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128/08).

2.4.1. Exclusividade/benefício para microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP (Art. 48, Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14):

APLICÁVEL, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, se afigura obrigatório pois o valor do lote é inferior a 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido no art.

48, inciso I, e, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado se afigura possível, tendo em vista a natureza do objeto e após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar, no item 6 – Levantamento de Mercado, constatou-se que existem mais de três empresas na região, enquadradas como ME ou EPP, o que demonstra que há empresas, deste porte (ME e EPP), que possam prestar o serviço objeto desta licitação.

2.4.2. Benefício para microempreendedor individual – MEI (Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128/08):

APLICÁVEL, uma vez que o objeto desta contratação é compatível com as atividades desenvolvidas por essa categoria empresarial, a qual consta no rol do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018.

2.5. Da forma de parcelamento

2.5.1. A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União prevê a adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações, objetivando-se uma maior disputa de lances com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, por ser esta opção considerada a mais técnica e economicamente viável, o que favorece a ampla concorrência. Desta forma, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea 'b' e § 2º do mesmo artigo e art. 18, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, A ADJUDICAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR ITEM.

2.6. Órgãos Participantes:

Gabinete do Prefeito;
Secretaria Municipal da Administração;
Secretaria Municipal de Agricultura;
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Turismo;
Secretaria Municipal da Saúde;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.7. Órgão Coordenador / Gerenciador:

Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Compras e Licitações.

3 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

3.1. Da formalização da ARP e do Cadastro Reserva

3.1.1. O Registro de Preços será formalizado com as licitantes vencedoras por meio da Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1.1. Na Ata de Registro de Preços constará o objeto, os quantitativos, os preços, o fornecedor, os Órgãos Participantes e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Termo de Referência

3.1.2. As demais licitantes poderão reduzir seus preços iguais ao valor da proposta da licitante vencedora, para fins de formação do Cadastro Reserva.

3.1.2.1. Os registros das licitantes que mantiverem sua proposta original e os de formação do Cadastro Reserva, se for o caso, serão juntados aos autos do processo.

3.1.2.2. A convocação das licitantes que compõem o Cadastro Reserva será facultada à Administração quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços nas situações mencionadas nos subitens 3.5 e 3.6.

3.1.2.3. A ordem de classificação das licitantes registradas em Cadastro Reserva será respeitada conforme o definido no final da sessão de lances.

3.1.2.3.1. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, antecederão aqueles que optarem por manter sua proposta original.

3.1.2.3.2. As licitantes que aceitarem fazer o preço da primeira colocada, serão chamadas conforme a classificação definida no final da sessão pública.

3.1.2.4. A análise dos documentos de habilitação, das licitantes que comporão o Cadastro Reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitante remanescente, conforme hipóteses mencionadas no subitem 3.1.2.2.

3.1.2.5. Na hipótese de inexistir Cadastro Reserva, que aceite a contratação no valor da proposta vencedora, observados o valor estimado e a sua eventual atualização, na forma prevista neste Termo de Referência, a Administração poderá:

a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, observada a ordem de classificação, com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicado; **ou**

b) adjudicar e firmar contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.1.3. Os fornecedores que tenham seus preços registrados obrigar-se-ão a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração, de acordo com as quantidades registradas, sujeitas às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

3.1.4. Os preços registrados com indicação dos fornecedores serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Administração e ficarão disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.1.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração Pública Municipal a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

3.1.6. O Órgão Participante do registro de preços deverá, quando da necessidade de contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivo preço a ser praticado.

3.1.7. O quantitativo previsto para os itens, com preço registrado na Ata de Registro de Preços, poderá ser remanejado pelo Órgão Gerenciador entre órgãos participantes do registro de preços.

3.1.8. Será vedada a participação de Órgãos em mais de uma Ata de Registro de Preços, com o mesmo objeto, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste Termo de Referência.

3.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP)

3.2.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará as licitantes vencedoras para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverão firmar a contratação no prazo instituído no subitem 3.2.2, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital.

3.2.2. As licitantes vencedoras terão o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para **assinatura da Ata**, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

3.2.2.1. O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite da Administração

3.2.3. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas

3.2.4. A assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada conforme o determinado no Decreto Municipal nº 1.796/2022.

3.3. Da negociação dos preços registrados

3.3.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

3.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.3.3. Na hipótese prevista no subitem 3.3.2, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 3.5.4.

3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 3.6, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.3.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.3.6. Para fins do disposto no subitem 3.3.5, o fornecedor encaminhará solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, da seguinte forma:

a) a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

b) junto com a solicitação, o fornecedor deverá apresentar os custos comparativos entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

3.3.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no subitem 16.5, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

3.3.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 3.3.7, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos subitens 3.1.2.2 e 3.1.2.4.

3.3.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 16.6 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.3.10. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 3.3.6 e 3.3.7, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado.

3.4. Da alteração ou atualização dos preços registrados

3.4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução do(s) preço(s) praticado(s) no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; **ou**

c) conforme condições de reequilíbrio de preços referidos item 3.3 deste Termo de Referência Administrativo.

3.5. Do cancelamento do registro do fornecedor

3.5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 3.3.7; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5.2. Na hipótese prevista na alínea 'd' do subitem 3.5.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

3.5.3. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.5.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Órgão Gerenciador poderá convocar as licitantes que compõem o Cadastro Reserva, observada a ordem de classificação.

3.6. Do cancelamento dos preços registrados

3.6.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; **ou**
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 3.3.4 e 3.3.9.

3.7. Da vigência da Ata de Registro de Preços

3.7.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

4.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

4.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência Administrativo.

5 – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto desta licitação, a Administração designa servidor nomeado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A fiscalização deverá seguir as normas estabelecidas no Termo de Referência Técnico e Administrativo, no Edital e seus anexos e na Ata de Registro de Preços.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Ata de Registro de Preços.

5.4. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços, fora do estabelecido no edital e seus anexos será, imediatamente, notificada a licitante vencedora, que ficará obrigada a adequá-los no prazo estipulado pelo Fiscal, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sujeitando-se, também, às sanções previstas no edital.

6 – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Da Administração:

a) receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto licitado;

b) receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto não estiver de acordo com as especificações da Administração, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o registrado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

c) comunicar à licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) efetuar o pagamento à licitante vencedora no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência Técnico e Administrativo;

e) não responder por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. Da licitante vencedora:

a) cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

b) proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

c) considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento e/ou prestação dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da licitante vencedora;

d) arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

d1) entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência e seus anexos;

e) indenizar terceiros e à Administração os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante o registro de preços, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;

g) cumprir fielmente a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

h) substituir o objeto (avariado ou em desacordo) no prazo estabelecido no Termo de Referência Técnico e Administrativo, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Administração;

i) prestar informações sobre a utilização do objeto;

j) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

k) responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

l) informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

7 – DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

7.1. Será exigido, parecer favorável da marca cotada, emitido pela Comissão nomeada para a devida finalidade, sob pena de desclassificação do item. As marcas que já possuem parecer favorável (aprovadas) estão elencadas no **Anexo VIII** – Estudo Técnico Preliminar.

7.1.1. As marcas pré-aprovadas, mencionadas, se referem **às linhas de fabricação de melhor qualidade técnica**, sendo que havendo alguma dúvida quanto à referência da marca especificada, a licitante deverá consultar, previamente, a Secretaria requisitante. Deste modo, à Administração reserva-se o direito de recusar produtos com características e/ou qualidade inferior às descritas no **Anexo I** deste edital.

7.2. A licitante que pretender ofertar marca diferente das previamente aprovadas, conforme subitem anterior, que for a detentora da melhor oferta, deverá entregar **1 (uma) amostra, em sua forma original, em até 7 (sete) dias úteis** a contar da data da sessão pública de disputa de preços. A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: razão social da licitante, nº do pregão, nº do item, marca dos produtos. **Local e horários de entrega da amostra:** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, no horário das 8h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

7.2.1. A não apresentação da amostra ou apresentação da amostra em desacordo com a exigência do subitem 7.2 deste edital, implicará automática desclassificação do lote e/ou da proposta, podendo ainda serem aplicadas as sanções de advertência, multa ou suspensão, previstas neste edital.

7.2.2. Nos itens onde a marca ofertada já possuir parecer favorável (aprovada), está dispensada a apresentação da amostra.

7.2.3. Nos itens onde ainda não há parecer favorável, deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, amostra para análise.

7.3. As amostras serão analisadas por técnicos designados por Portaria, **que observarão, como critérios de avaliação, as especificações técnicas constantes no Anexo I – Formulário Proposta**, deste edital.

7.4. Caberá à comissão, definida por portaria, apresentar ao Pregoeiro o relatório de entrega e análise das amostras, **em até 2 (dois) dias úteis** após o recebimento das mesmas. Da análise das amostras será emitido parecer técnico (aprovado ou reprovado) ao Pregoeiro, para fins do encaminhamento do processo para homologação e adjudicação do item à licitante vencedora.

7.5. As amostras aprovadas serão descontadas do total e as amostras reprovadas serão devolvidas à licitante. A licitante terá o prazo de 15 (quinze) dias para retirar as amostras após a emissão do parecer técnico.

8 – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. A licitante vencedora fica obrigada a:

- a)** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b)** cumprir com o estabelecido pela Administração para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;
- c)** guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d)** não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e)** notificar a Administração em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f)** fornecer informações úteis à Administração sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g)** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante o Município de Antônio Prado, no Pregão Presencial nº 082/2026, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante

Outorgado

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão social da licitante) _____, através de seu Responsável Legal e Contador, declara, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de:

() Microempresa; **ou**

() Empresa de Pequeno Porte;

b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XI, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico contábil da licitante.

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.*

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

(Razão social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- b) o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma Lei;
- d) possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- e) exerce tão-somente atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN no 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento*

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DESTE EDITAL

(Razão social da licitante) _____, através de seu responsável legal, declara, sob as penas da lei:

- a)** que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;
- b)** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- c)** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- d)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e)** que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f)** que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g)** que não possuímos em nosso quadro funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

PROCESSO Nº 439/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026

ANEXO VII

**Minuta: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026
VALIDADE 01 (UM) ANO**

EMENTA: Ata de Registro de Preços que celebram entre si o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO e a empresa _____ para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender às demandas da Administração Pública Municipal.

ADMINISTRAÇÃO: O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.842.233/0001-10, com sede na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Centro, Município de Antônio Prado/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE**, brasileiro, casado, administrador de empresa e empresário, RG nº xxx21306xx, CPF nº xxx.049.970-xx, residente e domiciliado nesta cidade.

FORNECEDOR: A empresa _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____/_____, telefone (____) _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por seu _____ (qualificação), inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade _____.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 082/2026, Processo nº 439/2026, bem como, das normas da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de gêneros alimentícios para atender às demandas da Administração Pública Municipal**, conforme especificações constantes no *Anexo IX – Termo de Referência Técnico do Edital* e no ETP que a precedeu, quantidades, preços, órgãos participantes e fornecedor indicado abaixo:

1.2. FORNECEDOR:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone:



MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO
Cidade Mais Italiana do Brasil

Endereço:	
Contato:	E-mail:

1.3. Órgãos Participantes:

Gabinete do Prefeito;
Secretaria Municipal da Administração;
Secretaria Municipal de Agricultura;
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Turismo;
Secretaria Municipal da Saúde;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.4. Órgão Coordenador / Gerenciador:

Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Compras e Licitações.

1.5. Descrição, quantidade e preço dos itens:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
-	-	(Item) – Com as seguintes especificações técnicas: MARCA: _____	-	-		
-	-	(Item) – Com as seguintes especificações técnicas: MARCA: _____	-	-		

1.6. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA II – DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contrato (fornecimento de bens e prestação de serviços).

2.2. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente, em nome do FORNECEDOR, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

2.3. O FORNECEDOR deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro da ADMINISTRAÇÃO durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.4. A ADMINISTRAÇÃO reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

2.5. Será de integral responsabilidade do FORNECEDOR o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os fornecimentos e/ou serviços prestados e os valores recebidos.

2.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo o FORNECEDOR destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 1.698/2022, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

2.7. O FORNECEDOR regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8. Para receber o pagamento, deverá:

a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor da ADMINISTRAÇÃO e contendo o número do Empenho;

b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente.

2.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, o FORNECEDOR deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

2.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pelo FORNECEDOR para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

2.11. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pelo próprio FORNECEDOR, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

2.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do FORNECEDOR.

2.13. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte do FORNECEDOR.

2.14. É vedado ao FORNECEDOR transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes desta licitação.

2.15. A critério da ADMINISTRAÇÃO, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade do FORNECEDOR.

2.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao FORNECEDOR, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

2.17. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão da Ata de Registro de Preços.

2.18. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, o FORNECEDOR será notificado para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

2.19. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO, a depender de justificativa apresentada pelo FORNECEDOR.

2.20. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO adotará as medidas necessárias à rescisão da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR a ampla defesa.

2.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

2.22. Será rescindida a Ata de Registro de Preços em execução com o FORNECEDOR irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da ADMINISTRAÇÃO.

2.23. O FORNECEDOR não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

2.24. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela ADMINISTRAÇÃO, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e a ADMINISTRAÇÃO compensará o FORNECEDOR com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

2.25. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.26. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso

de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

2.27. Para fins de pagamento, o FORNECEDOR, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, o FORNECEDOR.

2.28. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão desta ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA III – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

3.1. Da formalização da ARP e do Cadastro Reserva

3.1.1. O Registro de Preços será formalizado com os FORNECEDORES por meio da Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1.1. Na Ata de Registro de Preços constará o objeto, os quantitativos, os preços, o fornecedor, os Órgãos Participantes e as condições a serem praticadas, conforme definido no Termo de Referência Técnico – *Anexo IX* do Edital que faz parte integrante desta ata

3.1.2. As demais licitantes participantes poderão reduzir seus preços iguais ao valor da proposta do FORNECEDOR, para fins de formação do Cadastro Reserva.

3.1.2.1. Os registros das licitantes participantes que mantiverem sua proposta original e os de formação do Cadastro Reserva, se for o caso, serão juntados aos autos do processo.

3.1.2.2. A convocação das que compõem o Cadastro Reserva será facultada à ADMINISTRAÇÃO quando o FORNECEDOR não assinar a Ata de Registro de Preços ou quando houver o cancelamento do registro do FORNECEDOR ou do registro de preços nas situações mencionadas nos subitens 3.5 e 3.6.

3.1.2.3. A ordem de classificação das licitantes participantes registradas em Cadastro Reserva será respeitada conforme o definido no final da sessão de lances,

3.1.2.3.1. Para fins da ordem de classificação, as licitantes participantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do FORNECEDOR, antecederão aqueles que optarem por manter sua proposta original.

3.1.2.3.2. As licitantes participantes que aceitarem fazer o preço da primeira colocada, serão chamadas conforme a classificação definida no final da sessão pública.

3.1.2.4. A análise dos documentos de habilitação, das licitantes participantes que comporão o Cadastro Reserva, será efetuada quando houver necessidade de

contratação de licitante participante remanescente, conforme hipóteses mencionadas no subitem 3.1.2.2.

3.1.2.5. Na hipótese de inexistir Cadastro Reserva, que aceite a contratação no valor da do FORNECEDOR, observados o valor estimado e a sua eventual atualização, na forma prevista nesta Ata, a ADMINISTRAÇÃO poderá:

a) convocar as licitantes participantes remanescentes para negociação, observada a ordem de classificação, com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicado; **ou**

b) adjudicar e firmar contratação nas condições ofertadas pelas licitantes participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.1.3. Os FORNECEDORES que tenham seus preços registrados obrigam-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela ADMINISTRAÇÃO, de acordo com as quantidades registradas, sujeitas às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

3.1.4. Os preços registrados com indicação dos FORNECEDORES serão divulgados no sítio eletrônico oficial da ADMINISTRAÇÃO e ficarão disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.1.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a ADMINISTRAÇÃO a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

3.1.6. O Órgão Participante do registro de preços deverá, quando da necessidade de contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do FORNECEDOR e respectivo preço a ser praticado.

3.1.7. O quantitativo previsto para os itens, com preço registrado na Ata de Registro de Preços, poderá ser remanejado pelo Órgão Gerenciador entre órgãos participantes do registro de preços.

3.1.8. Será vedada a participação de Órgãos em mais de uma Ata de Registro de Preços, com o mesmo objeto, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto nesta Ata de Registro de Preços.

3.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP)

3.2.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará as licitantes vencedoras para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverão firmar a contratação no prazo instituído no subitem 3.2.2, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

3.2.2. O FORNECEDOR terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para **assinatura da Ata**, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

3.2.2.1. O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pelo FORNECEDOR dentro do prazo e aceite da ADMINISTRAÇÃO

3.2.3. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas

3.2.4. A assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada conforme o determinado no Decreto Municipal nº 1.796/2022.

3.3. Da negociação dos preços registrados

3.3.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

3.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.3.3. Na hipótese prevista no subitem 3.3.2, o Órgão Gerenciador convocará os do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 3.5.4.

3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 3.6, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.3.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.3.6. Para fins do disposto no subitem 3.3.5, o FORNECEDOR encaminhará solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, da seguinte forma:

a) a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

b) junto com a solicitação, o FORNECEDOR deverá apresentar os custos comparativos entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

3.3.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no subitem 3.5, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Ata, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

3.3.8. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do disposto no subitem 3.3.7, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos subitens 3.1.2.2 e 3.1.2.4.

3.3.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 3.6 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.3.10. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 3.3.6 e 3.3.7, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado.

3.4. Da alteração ou atualização dos preços registrados

3.4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução do(s) preço(s) praticado(s) no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; **ou**

c) conforme condições de reequilíbrio de preços referidos no item 3.3. desta Ata de Registro de Preços.

3.5. Do cancelamento do registro do fornecedor

3.5.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 3.3.7; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5.2. Na hipótese prevista na alínea ‘d’ do subitem 3.5.1, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

3.5.3. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.5.4. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, o Órgão Gerenciador poderá convocar as licitantes participantes que compõem o Cadastro Reserva, observada a ordem de classificação.

3.6. Do cancelamento dos preços registrados

3.6.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; **ou**
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 3.3.4 e 3.3.9.

3.7. Da vigência da Ata de Registro de Preços

3.7.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA IV – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

CLÁUSULA V – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto desta Ata, a ADMINISTRAÇÃO designa servidor nomeado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A fiscalização deverá seguir as normas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no *Anexo IX – Termo de Referência Técnico* do edital.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Ata de Registro de Preços.

5.4. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços, fora do estabelecido nesta Ata de Registro de Preços será, imediatamente, notificado o FORNECEDOR, que ficará obrigado a adequá-los no prazo estipulado pelo Fiscal, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sujeitando-se, também, às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Da ADMINISTRAÇÃO:

- a)** receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto registrado;
- b)** receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto não estiver de acordo com as especificações da ADMINISTRAÇÃO, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o registrado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- c)** comunicar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** efetuar o pagamento ao FORNECEDOR no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços;
- e)** não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. Do FORNECEDOR:

- a)** cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- b)** proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c)** considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento e/ou prestação dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte do FORNECEDOR;
- d)** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços;

d1) entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata de Registro de Preços e seus anexos;

e) indenizar terceiros e à ADMINISTRAÇÃO os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante o registro de preços, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;

g) cumprir fielmente a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

h) substituir o objeto (avariado ou em desacordo) no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela ADMINISTRAÇÃO;

i) prestar informações sobre a utilização do objeto;

j) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

k) responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

l) informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

CLAUSULA VII – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. O FORNECEDOR fica obrigado a:

a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) cumprir com o estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;

c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

- e) notificar a ADMINISTRAÇÃO em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis à ADMINISTRAÇÃO sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES

8.1. O FORNECEDOR que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização do FORNECEDOR.

I – ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

II – MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela ADMINISTRAÇÃO, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

a) para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do(s) item(ns), até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

a1) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

a2) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

b) para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindida a Ata de Registro de Preços, nas seguintes situações:

b1) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;

b2) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b3) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

c) para inconformidade GRAVE:

c1) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c2) será aplicada multa de 1% (um por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

c3) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

d) para inconformidade GRAVÍSSIMA:

d1) será aplicada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;

d2) será aplicada multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor global do(s) item(ns), podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

d3) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando o FORNECEDOR:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IV – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando o FORNECEDOR:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

V – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir a ADMINISTRAÇÃO pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

8.2. Será facultada ao FORNECEDOR, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Ata de Registro de Preços.

8.3. As multas e seu pagamento não eximirão o FORNECEDOR de ser acionado judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

8.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pela ADMINISTRAÇÃO, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA X – DA PUBLICAÇÃO

10.1. Incumbirá à ADMINISTRAÇÃO divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012, além do Decreto Municipal nº 586/2014.

CLÁUSULA XI – DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado ao FORNECEDOR:

- I** – caucionar ou utilizar esta Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira;
- II** – interromper o fornecimento e/ou execução sob alegação de inadimplemento por parte da ADMINISTRAÇÃO, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA XII – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

12.1. Todas as demais condições constam no **Anexo IX** – Termo de Referência Técnico do Edital.

CLÁUSULA XIII – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Antônio Prado/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser resolvidos por conciliação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Antônio Prado/RS, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO – RS
ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE – Prefeito Municipal
ADMINISTRAÇÃO

FORNECEDOR

Visto – Procuradoria-Geral

Testemunhas:

CPF:

CPF: